

Teoria e Prática: Aspectos a Serem Debatidos Sobre as Rádios Educativas¹

Mônica Panis KASEKER²

Rulian MAFTUM³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

Neste artigo, analisa-se o perfil das emissoras cujas outorgas são educativas no Paraná, procurando verificar em que medida elas veiculam conteúdos realmente educativo-culturais. Para isso, parte-se da problematização dos conceitos de educação e cultura. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, com base em autores como Kaplún (1978), Meditsch e Betti (2005) e Zuculoto (2010). A pesquisa exploratória abrange aspectos legais, assim como análise de dados secundários e do perfil das 18 emissoras educativas existentes no Estado. Conclui-se que faltam critérios legais que definam as especificidades de uma programação educativo-cultural. Esse fator aliado à facilidade de concessão das outorgas e à falta de fiscalização sobre a qualidade da programação causam uma deformidade no caráter educativo dessas emissoras.

Palavras-chave: Rádios educativas; legislação; outorgas; programação.

Introdução

No Brasil, existem atualmente três tipos de outorgas de radiodifusão: para emissoras comerciais, educativas e comunitárias. No Plano Básico de Radiodifusão, constam 373 emissoras educativas instaladas no País, sendo 18 no Paraná. Essas rádios possuem regras diferenciadas de funcionamento em relação às demais emissoras: não visam lucro, devem manter programação com finalidades educativo-culturais e possuem processo diferenciado de concessão. Porém, a legislação é vaga no que se refere à definição do que seria uma programação educativo-cultural. Na prática, buscando pelo dial, é difícil distinguir as emissoras educativas daquelas com finalidade comercial porque, na maioria dos casos, a programação é semelhante. Nesse contexto, propõe-se neste artigo levantar o perfil das emissoras cujas outorgas são educativas no Paraná, procurando verificar em que medida elas veiculam conteúdos realmente educativo-culturais.

¹ Trabalho apresentado ao GPRádio e Mídia Sonora, do DT 4 Comunicação Audiovisual, no XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 2 a 5 de setembro de 2014, em Foz do Iguaçu (PR).

² Jornalista, doutora em Sociologia (UFPR), professora de Radiojornalismo da PUCPR, líder do Grupo de Estudos Comunicacionais (PUCPR).

³ Jornalista, mestre em Tecnologia (UTFPR), membro do Grupo de Estudos Comunicacionais (PUCPR)

Rádios educativas no Brasil

Primeira emissora de rádio a ser instalada no Brasil, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro nasceu com propósito educativo, pelos ideais de seu fundador Roquete Pinto, tornando-se precursora do que viriam a ser as emissoras educativas existentes na atualidade. Dez anos depois, o próprio Roquete Pinto empreenderia a Rádio-Escola PRD-5, que distribuía folhetos com esquemas das lições pelos correios para as pessoas inscritas e chegou a receber 20.400 trabalhos dos alunos-ouvintes em 1941, quando atingiu seu ápice (PIMENTEL, 1999, p.30).

Para Zuculoto (2010, p. 250), foi entre meados dos anos 40 até o início dos 70 que o segmento do rádio educativo se estabeleceu e consolidou suas grades de programação. Nessa fase, a autora observa uma programação elitista nas emissoras públicas. A Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inaugurada em 1957, foi a primeira emissora universitária do país. Desde 1950, a emissora já funcionava como estação radioamadora voltada ao ensino e temas específicos da educação e vinculados à instituição.

O rádio educativo era considerado até então como aquele cuja programação apoiasse a educação e o ensino. Inúmeros programas, nas mais variadas emissoras, públicas e mais tarde privadas, foram criados com o propósito de combater o analfabetismo e estimular a formação escolar à distância no Brasil. Destaca-se o Sirena, do Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica, em 1957, e o Projeto Minerva, criado pelo governo militar em 1970 (NEUBERGER, 2012, p. 91-94).

De acordo com Blois (2004, p. 149-176), a história do rádio educativo no Brasil pode ser dividida em seis fases. Na etapa do pioneirismo, o rádio era totalmente educativo. A partir dos Anos 30 e 40, o veículo vive uma fase de desenvolvimento comercial e, paralelamente, desenvolve-se sua utilização educativa e cultural. Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde cria o Sistema de Radiodifusão Educativa que funcionou até 1982. Nessa fase a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada para o governo federal, tornando-se mais tarde a Rádio MEC/AM- Rio. A terceira fase do rádio educativo no Brasil ocorreu entre 1941 e 1966, quando houve a interiorização e a extensão das iniciativas fora do eixo Rio-São Paulo. Foram inúmeros projetos de utilização do rádio no processo de formação escolar, até mesmo de professores, como o das Universidades do Ar, produzido pela Rádio Nacional com o aporte de recursos públicos, para atender professores em grande parte do território nacional. Após o golpe militar, começa a quarta

fase do rádio educativo no Brasil, com a centralização das ações e a criação de centros produtores regionais, no período entre 1967 e 1979 (BLOIS, 2004, p.157).

A transmissão de programas educativos torna-se obrigatória em todas as emissoras comerciais e o governo cria instâncias para executar e fiscalizar ações nesse sentido. É nessa fase, em 1973, que o Ministério das Comunicações elabora o Plano Básico de Radiodifusão Sonora, definindo que haja canais reservados para fins educativos em FM.

A quinta fase começa com a criação do Curso Supletivo de 2º Grau via rádio, em 1979, com textos produzidos pela Fundação Padre Anchieta e materiais impressos pela Fundação Roberto Marinho. Essa etapa também é marcada pela criação de diversas emissoras universitárias e da mobilização do segmento em torno de um Sistema Nacional de Rádio Educativo. O Sinred passou a encampar também a ação das televisões educativas, desenvolvendo projetos até o final da década de 1980. A sexta fase, segundo Blois (2004), é a atual, a partir da popularização da internet no Brasil, em 1995, em que o rádio educativo pode explorar também as possibilidades da web em novas formas de publicação e circulação de materiais.

Definições e regulamentações

A proposta deste artigo é discutir o funcionamento das emissoras educativas e sua programação, portanto cabe destacar algumas informações sobre este tipo de outorga especificamente. Segundo Lopes (2011), há três documentos que regulam esse tipo de concessão: o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999. De acordo com esses documentos, podem operar emissoras educativas pessoas jurídicas de direito público interno, tendo preferência as universidades e fundações. A legislação prevê que as emissoras educativas devem transmitir programas educativo-culturais e atuar na divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Suas programações devem atuar em conjunto com os sistemas de ensino e visar a educação básica, superior e permanente. Esse tipo de emissora também não deve ter fins lucrativos. No entanto, algumas características podem ampliar essa interpretação sobre o caráter educativo da programação proposta:

Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação. (LOPES, 2011, p.8)

Outra característica das outorgas educativas é que são concedidas sem procedimentos licitatórios, diferente das concessões das emissoras comerciais que, a partir do Decreto nº 1720, de 1995, foram obrigadas a passar por processo licitatório.

é dispensável a licitação para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Não há um procedimento específico para a outorga estabelecido na legislação, sendo a escolha dos agraciados com concessões e permissões discricionária do ministro das comunicações. (LOPES, 2011, p.8)

Lopes alerta ainda para a necessidade de o poder público torne o processo de concessão de outorgas educativas mais transparente e democrático, combatendo as brechas que permitem a utilização patrimonialista dessas emissoras (2011, p.15).

A questão da propriedade das emissoras pode interferir na qualidade da programação quando não há afinidade com os propósitos culturais e educativos preconizados. Em 2010, com a publicação da Portaria nº 950, o Ministério das Comunicações passou a exigir, no início da tramitação dos processos de pedidos ou renovação de outorga, a demonstração de vínculo da fundação solicitante com uma instituição de ensino. Na prática, o que se pode notar é a existência de emissoras vinculadas a governos e instituições religiosas, por exemplo, que possuem em sua programação conteúdos de teor ideológico e doutrinário. Para Heitzmann e Bepalhok, a questão da propriedade das emissoras e de suas formas de financiamento está diretamente relacionada à qualidade de suas programações.

A nosso ver, as chamadas emissoras estatais constituem as emissoras educativas, financiadas totalmente pelo Estado, seja ele federal, estadual ou municipal, universidades ou fundações formadas especificamente para esse fim. Salientamos que essas emissoras não devam ser confundidas com as emissoras públicas européias, como as constituídas pelo modelo adotado na Grã-Bretanha. Neste, as verbas para custeio da emissora não vêm do governo e sim da população, por meio de taxas pagas para a manutenção do veículo. Nenhum desses dois tipos de emissora visa o lucro, o que permite uma programação trabalhada sem as amarras da busca pela audiência. Já as emissoras comerciais são concedidas a terceiros para a exploração mercantil. Elas são mantidas como um outro negócio qualquer e precisam gerar lucro, como preconiza o capitalismo. (HEITZMANN; BESPALHOK, 2005)

Um dos problemas enfrentados pelas emissoras educativas tem sido a questão da captação de recursos, já que eram impedidas de fazer veiculação publicitária nos mesmos moldes das emissoras comerciais. Alguns avanços legais permitiram que as emissoras pudessem ter melhores condições financeiras. A partir de 1991, foi possível recorrer ao Programa Nacional de Apoio à Cultura, pela Lei Rouanet, mediante a apresentação de projetos. Em

2005, o Decreto nº 5.396 permitiu que as emissoras recebessem recursos com a veiculação de publicidade institucional de entidades de direito público e privado, desde que não caracterizasse comercialização de intervalos e que se restringisse a finalidades educativas e culturais. No entanto, as novas formas de captar recursos parecem não se reverter necessariamente em melhoria na qualidade da programação das rádios educativas.

Em 2011, a Portaria nº 420 do Ministério das Comunicações, em seu artigo 1º, definiu que:

As outorgas de concessão, permissão e autorização para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa serão precedidas de procedimento administrativo seletivo e terão início com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2011)

A mesma Portaria, em seu artigo 5º, prioriza a concessão de outorgas educativas para as universidades federais, os Estados e o Distrito Federal, as universidades estaduais e distritais, os Municípios, as universidades municipais e só então as demais pessoas jurídicas de direito público interno, nesta ordem. Somente no caso de não existirem pessoas jurídicas de direito público interno aptas a se beneficiarem dessa preferência é que demais entidades interessadas podem apresentar propostas. No artigo 7º, o documento explicita uma série de critérios para desempate entre propostas, dando preferência às fundações que tenham vínculo com instituições de ensino superior ou médio. Ressalte-se que essas regras valem para as novas concessões, mas não tem efeito sobre as realizadas anteriormente.

Se quanto ao processo de concessão de outorga algumas regulamentações recentes podem ser vistas como tentativas de aprimoramento do processo, isso não dá garantias quanto à qualidade da programação, já que não há definições claras na legislação sobre o que seria o chamado conteúdo “educativo-cultural”.

Por uma definição: o que é educativo-cultural?

Na reflexão sobre o que caracterizaria uma programação de conteúdo educativo-cultural, cabe mencionar alguns aspectos do pensamento de Mario Kaplún. Alguns pesquisadores brasileiros têm se debruçado na discussão sobre a obra do autor, como Barbosa Filho e Cosete Castro (2005), Meditsch e Betti (2008) e Magnoni, Villegas Uribe e Betti (2013). Considerado um dos precursores da comunicação educativa, o pesquisador argentino vislumbrou potencialidades pedagógicas, democráticas, participativas, estéticas e técnicas

no rádio. No texto *A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio*⁴, Kaplún observa que o rádio tem vocação para a educação e cultura populares e constitui “um promotor de autêntico desenvolvimento” (in MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008, p.81).

O autor parte do conceito de educação de Paulo Freire: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (1977, p. 69). Nesse sentido, Kaplún vê a educação como um processo participativo de comunicação. A cultura, por sua vez, não é mera acumulação de conhecimentos alheios ao conhecimento do próprio sujeito e da sua cotidianidade, mas sim a consciência para compreender melhor o próprio mundo. Portanto, o cultural não se contrapõe ao popular (BARBOSA FILHO; CASTRO, 2005).

Para Kaplún, o valor educativo da comunicação não está somente no produto final, mas no processo de construção. Nesse sentido, inspira-se nas reflexões de Bordenave sobre os modos de educar, defendendo que a educação por processo se contrapõe a formas mais limitadas como aquelas focadas na transmissão de conteúdo ou na obtenção de resultados. Ou seja, para que a comunicação contribua para a educação é necessário que haja envolvimento, participação dos ouvintes no processo comunicativo. No entanto, isso não implica somente em colocar o público para falar no ar.

A outra problemática se trata da armadilha na qual se pode cair ao “abrir” o microfone e dar voz direta à população, pois muitas vezes poderemos contribuir para a manutenção do *status quo* já introjetado, reforçando exatamente todos os esteriótipos que se pretende criticar. (MEDITSCH; BETTI, 2005)

Kaplún dá instruções detalhadas sobre como obter sucesso na função educativa do rádio ressaltando que é necessário usar a criatividade para não tornar os conteúdos massantes, em um processo de comunicação afetiva, empática e que gere identificação junto ao público. Uma comunicação que possa partir de seus referenciais e visão de mundo. Apesar de mencionar a importância do comunicador como facilitador na compreensão da mensagem, ressalta que é necessário deixar espaço para que o ouvinte participe efetivamente do processo de decodificação, extraindo suas próprias conclusões. Assim seria uma programação educativo-cultural emancipadora (MEDITSCH; ZUCULOTO, 2005, p. 96).

⁴ O texto original é de 1978 (Producción de Programas de Radio. El guión – La realización. CIESPAL, 1978) e foi traduzido por Valci Zuculoto (2005).

Para Barbosa Filho, o gênero de programação educativa-cultural destina-se à transmissão de conteúdos educacionais e culturais, sendo os seus principais formatos: 1) programa instrucional empregado como suporte a cursos de idiomas e cursos de alfabetização ou disciplinas básicas; 2) documentário educativo-cultural direcionado a um tema de cunho humanístico, análise de uma escola teatral, ou de grandes eventos da história; 3) programa temático, com o objetivo de discutir temas sobre a produção do conhecimento; 4) audiobiografia, trazendo informações sobre a vida de uma personalidade de qualquer área de conhecimento, e que visa divulgar seus trabalhos, comportamentos e idéias (2009, p.109-113). O autor considera que esse gênero está quase totalmente encoberto na programação radiofônica brasileira, devido à comercialização e banalização dos conteúdos. Ferraretto sintetiza a definição desse tipo de programação como sendo um “formato adotado pelas emissoras não-comerciais, voltadas a uma programação que pretende formar o ouvinte, ampliando seus horizontes educativos culturais” (2001, p.63). Algumas emissoras comerciais transmitiram programações educativas no Brasil, incluindo a pioneira – a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mas por muito tempo esse tipo de programação se concentrou nas chamadas emissoras estatais. Ao longo da história, a classificação do que seria uma programação educativa também variou muito. Como lembra Neuberger (2012, p.89), em 1944, o Serviço de Radiodifusão Educativa do governo federal distinguiu rádio educativo e instrutivo: toda rádio poderia ser educativa, desde que não transmitisse programação “deseducativa”.

Ao analisar o perfil de programação das emissoras educativas entre as décadas de 1940 e 1970, Zuculoto observa que naquele período as programações não contemplavam características desejáveis às rádios públicas⁵, como universalidade, diversidade, regionalização, diferenciação e independência. Na ocasião, os problemas encontrados eram a elitização, em alguns casos, e a semelhança com os formatos comerciais, em outros. “Até a programação instrucional, de aulas pelas ondas radiofônicas, que provocou a inclusão das massas na audiência, evidencia linhas de conteúdo nem sempre adequadas às realidades de seus públicos-alvo.” (ZUCULOTO, 2010, p. 250)

Roldão já havia discutido a ideia de que “a conceituação de rádio educativa não deve ter como referência, apenas, forma de concessão, mas, principalmente, a construção da programação, o conteúdo.” (2006, p.9). A autora menciona alguns desafios para a

⁵ A autora analisa as características do rádio educativo na perspectiva de que se tratavam de emissoras públicas, numa visão diferente do que ocorre na atualidade, embora seus critérios sejam aplicáveis ao contexto das emissoras educativas atuais.

programação das emissoras educativas: a democratização do saber e a busca pela construção da cidadania, considerando que o educativo e o popular não são, necessariamente, excludentes. Para ela, a linha editorial deveria se basear no tripé música, informação/prestação de serviços e programas culturais/educativos e sugere que os conteúdos educativos sejam inseridos em toda a grade de programação e não somente em horários especiais. Esse tipo de emissora deve evitar ser elitista, mas, por outro lado, não reproduzir a massificação cultural imposta pelas gravadoras, primar pela diversidade, ao mesmo tempo em que valoriza a música popular brasileira, sua história, a de seus compositores e intérpretes. Para Roldão, “a programação musical também se torna educativa ao desenvolver conteúdos a partir da música e resgatar a cultura local por meio de grupos e músicos da cidade” (2006, p. 11). Quanto ao jornalismo, alerta para a importância de se estimular a cidadania e a reflexão dos ouvintes com programas de debates e contextualização dos fatos.

No entanto, na prática, incluindo desde os programas didáticos, ensino a distância ou apoio pedagógico até os programas de “boa música”, que abrangem gêneros musicais elitizados como a música erudita, o conceito de programação educativa pode ser bastante amplo, tão amplo que corre o risco de perder sua especificidade. As grades de programação das emissoras educativas instaladas no Paraná, em alguns casos, apresentam modelos muito parecidos com os de emissoras comerciais. De acordo com Roldão, esse fenômeno é comum e se deve a falta de fiscalização:

A fiscalização de qualquer emissora de rádio é responsabilidade da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Mas, no ato da vistoria, a prioridade é para as questões técnicas, (potência da transmissão, posição da antena, etc.) e, também, o cumprimento da exigência de se colocar no ar “A Voz do Brasil”. Não há fiscalização no que se refere ao cumprimento da Portaria Interministerial nº 651, que trata do conteúdo da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa (ROLDÃO, 2006, p.8).

Percebe-se que ao longo da história do rádio educativo no Brasil a questão da “propriedade” das outorgas das rádios educativas tem influenciado nas características da programação dessas emissoras. As emissoras educativas por algum tempo foram consideradas emissoras públicas, pois suas outorgas estavam geralmente ligadas a governos estaduais ou federal, ou, nas palavras de Heitzmann e Bepalhok (2005), melhor dizendo, emissoras estatais. Quando não estavam ligadas diretamente a governos, eram

vinculadas a universidades estaduais e federais. Em 2005, as autoras exemplificaram como isso afetava a programação de duas emissoras de sua região:

No Paraná, por exemplo, o governo do Estado difunde informações sobre sua atuação nas duas emissoras educativas e também na TV Educativa, em Curitiba. A reunião semanal do secretariado do governador Roberto Requião (PMDB) é veiculada e também o programa “Pra seu governo”⁸. Em Londrina, a assessoria de imprensa da administração da Universidade Estadual de Londrina produz, desde março de 2005, o programa “Por dentro da UEL”, na Rádio Universidade FM. “Por dentro da UEL”⁹ é uma revista semanal de informação sobre a administração da Universidade, com divulgação de eventos oficiais, solenidades e parcerias da UEL (HEITZMANN E BESPALHOK, 2005).

Sem critérios precisos estabelecidos por lei e sem fiscalização, como estaria a programação das emissoras de outorga educativa no Paraná?

As emissoras educativas no Paraná

O Brasil possui atualmente 373 emissoras de rádio educativas, de acordo com o Ministério das Comunicações, incluindo as licenciadas e as que ainda estão em caráter provisório (2014). O Paraná é um dos estados brasileiros com maior número de outorgas nessa modalidade, com o total de 18 emissoras, atrás de estados como Minas Gerais (68), São Paulo (58) e Ceará (29). As emissoras de rádio educativas instaladas no Paraná, distribuem-se por várias cidades e regiões, como é possível verificar no Quadro 1.

QUADRO 1

CIDADE	CONCESSIONÁRIO	CARÁTER	NOME FANTASIA	PROGRAMAÇÃO
Arapongas	Fundação Cultural Norte-Paranaense	Empresarial	Antares FM	Religiosa/Música Popular
Araucária	Fundação Sara Nossa Terra	Religioso	Sara Brasil FM	Religiosa/Música Gospel
Campo Largo	Fundação Exclusiva Educativa	Empresarial	Feliz FM	Religiosa/Música Gospel
Cascavel	Fundação Canal 20	Empresarial	Catve FM	Informação/Esportes/Música
Cianorte	Fundação Antonio Barbara	Empresarial	Olga FM	Música
Curitiba	Radio e Televisão Educativa do Paraná TVE	Poder Público	E Parana FM	Musica/informação
Curitiba	Fundação Champagnat	Empresarial	Lumen FM	Música/informação
Foz do Iguaçu	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	Poder Público	Rádio Força Aérea FM	Música/informação
Guarapuava	Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná	Empresarial	Rádio Universitária FM	Musical/informação
Lapa	Fundação Nova Campo Largo Radio e Televisão Educativa	Religioso	Evangelizar FM	Religiosa/Informação
Londrina	Universidade Estadual de	Poder	UEL FM	Música/informação

	Londrina	Público		
Maringá	Fundação Cesumar	Empresarial	RUC FM	Música/informação
Maringá	Fundação Universidade Estadual de Maringá	Poder Público	Rádio UEM FM	Música/informação
Piraquara	Fundação Brasil de Arte e Cultura	Empresarial	95 Rádio CAP	Música/Espportes
Ponta Grossa	Fundação Cultural e Educacional Cescage	Empresarial	Rádio Amor	Música/informação
Quedas do Iguaçu	Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu	Poder Público	Municipal FM	Música/informação
Toledo	Fund. Para o Desenv. Científico e Tecnológico de Toledo	Poder Público	Educativa Sul Brasil	Música/informação
Umuarama	Fundação Candido Garcia	Empresarial	RUP FM	Música/informação

Fonte: Ministério das Comunicações/Anatel, 2014

No Quadro 2 é possível observar a relação entre propriedade e perfil de programação. Ressalta-se que houve um crescimento no número de concessões educativas com programação ligada a instituições religiosas nos últimos anos.

QUADRO 2

DESCRIÇÃO	PROGRAMAÇÃO
Fundação Cultural Norte-Paranaense-Também detentora de uma concessão de TV educativa em Arapongas, TV Antares.	Religiosa/Música Popular
Fundação Sara Nossa Terra- Ligada a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. Possui outras 8 emissoras de rádio no Brasil, além de uma rede de TV, TV Gênesis.	Religiosa/Música Gospel
Fundação Exclusiva Educativa- Ligada a Rede Mercosul de Televisão. A rádio é afiliada a Rede Feliz FM, emissora da Comunidade Cristã Paz e Vida.	Religiosa/Música Gospel
Fundação Canal 20 – Também detentora de uma concessão de TV Educativa em Cascavel, CATVE.	Informação/Espportes/Música
Fundação Antonio Barbara- Também detentora de uma concessão de TV em Cianorte, TV Cinturão Verde.	Música
Radio e Televisão Educativa do Paraná TVE - Empresa responsável pela gestão dos canais de rádio e TV sob concessão do Governo do Estado do Paraná.	Musica/Informação
Fundação Champagnat - Detentora de uma concessão de TV em Curitiba, TV Lumen. É ligada a PUCPR e ao Grupo Marista.	Música/Informação
EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A-Responsável pela gestão dos canais de rádio e TV sob concessão do Governo Federal.	Música/Informação
Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná- Administrada em parceria entre a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), ambas sediadas em Guarapuava.	Musica/Informação
Fundação Nova Campo Largo Radio e Televisão Educativa - ligada a Associação Evangelizar é Preciso e a Arquidiocese de Curitiba.	Religiosa/Informação
Fundação Universidade Estadual de Londrina	Música/Informação

Fundação Cesumar – Ligada ao centro universitário particular com sede em Maringá.	Música/Informação
Fundação Universidade Estadual de Maringá.	Música/Informação
Fundação Brasil de Arte e Cultura- Tem parceria com o Clube Atlético Paranaense.	Música/Espportes
Fundação Cultural e Educacional Cescage- Ligada a faculdade privada Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais.	Música/Informação
Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu– Ligada a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu.	Música/Informação
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo -Ligada a prefeitura de Toledo. Opera em parceria a instituição de ensino privada Faculdade Sul Brasil (FASUL).	Música/Informação
Fundação Cândido Garcia -Ligada a instituição de ensino privada Universidade Paranaense (UNIPAR).	Música/Informação

Fonte: Pesquisa de campo⁶

Tomando-se por base o conceito de rádio educativo-cultural de Kaplún (2005) e as discussões anteriormente apresentadas por Heitzmann e Besspalhok (2005), Roldão (2006) e Zuculoto (2010) sobre a programação das emissoras educativas no Brasil, enumera-se alguns critérios que poderiam qualificar esse tipo de programação:

- 1) Universalidade – Refere-se a sua acessibilidade a todos os públicos, ou seja, conteúdos não elitizados ou popularescos, por exemplo. Ainda que determinadas emissoras atuem de forma segmentada com públicos-alvo específicos, no conjunto as emissoras educativas deveriam conter propostas que contemplassem as necessidades dos diferentes segmentos, deixando de ter caráter excludente ou de repetir fórmulas massificadas de programação;
- 2) Diversidade – Relativo à variedade musical, informativa e de serviços. As emissoras educativas poderiam dar espaço para a veiculação de conteúdos diversos, que espelhassem a riqueza cultural regional e nacional;
- 3) Regionalização – Apoio à produção cultural e artística local e regional, divulgando compositores e intérpretes da cidade ou do Estado em questão, assim como outros tipos de produção cultural nas artes plásticas, literatura e dramaturgia;
- 4) Diferenciação – Oferta de conteúdos alternativos aos de circulação comercial, que mesmo não tendo apelo de mercado pudessem fortalecer as identidades culturais;
- 5) Independência – Não ser utilizada para fins ideológicos, políticos e doutrinários, evitando conteúdos alienantes ou persuasivos;

⁶ O levantamento do perfil foi pelos sites das emissoras e pela observação assistemática das programações.

- 6) Estímulo à cidadania – Refere-se à promoção de direitos e deveres civis, políticos e sociais, uma comunicação emancipadora, que favoreça a conscientização do cidadão;
- 7) Apoio à educação – Seja por meio da difusão do conhecimento científico ou de materiais instrutivos, uma programação que privilegie a construção do conhecimento.
- 8) Participação ativa – Que o público participe na construção da programação, favorecendo o processo educativo-cultural a partir de seus referenciais.

Na pesquisa exploratória, realizada a partir da observação dos sites das emissoras educativas que atuam no Paraná, é possível perceber que poucas atendem a esses critérios, mesmo que parcialmente. Das 18 concessões, cinco estão ligadas a grupos religiosos, sendo que quatro delas dedicam-se à divulgação de programas religiosos, que envolvem desde pregações até música gospel. Há o caso de uma emissora educativa com programação dedicada a um clube de futebol, o Atlético Paranaense, que optou por não divulgar mais suas informações junto à imprensa tradicional, passando a criar seus próprios veículos de comunicação. No caso das quatro emissoras ligadas ao Poder Executivo, uma do governo federal, outra do governo do Estado e duas de prefeituras, é comum a divulgação de notícias institucionais, mesmo que haja espaços dedicados a programas educativos. Há casos em que o conteúdo não se diferencia das emissoras comerciais, tocando *playlists* atuais da indústria fonográfica como Jennifer Lopez, Lady Gaga e Justin Bieber ou mesmo nomes nacionais como Valeska Popozuda, Luan Santana e a dupla Jorge e Mateus. Em outros, os *flash backs* de música estrangeira ocupam grande parte da programação.

Oito emissoras têm alguma relação com instituições de ensino superior, com perfis de programações bastante diferenciados umas das outras. A rádio da Universidade Estadual de Maringá, por exemplo, está focada em MPB, música instrumental e erudita. Já na Universidade Estadual de Londrina, a emissora dedica-se especialmente a programas de música brasileira, especialmente samba, choro e bossa nova. No caso das emissoras que possuem com universidades, é mais freqüente a presença de elementos instrutivos e de valorização da cultura regional e nacional. É o caso da Universitária FM de Guarapuava, que dedica programas à cultura alemã, já que na região está situada uma colônia de descendentes de alemães, e outros ao country sertanejo, bastante característico do interior do Paraná.

No geral, a situação conjuga uma série de condições que promovem o uso abusivo das outorgas para fins doutrinários e políticos e essa concentração de outorgas nas mãos de grupos religiosos, políticos e empresariais é acompanhada pela descaracterização das programações.

Considerações finais

Mesmo tendo nascido educativo, o rádio brasileiro foi afastando-se dessa vocação. Em sua fase de pioneirismo, mesmo vivendo tempos de desenvolvimento comercial, o rádio foi fortemente utilizado para fins educativos e culturais. Apesar de algumas emissoras terem se tornado referências nesse gênero de programação desde os primórdios, como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, atualmente conhecida como Rádio MEC, o caráter educativo do rádio requer estudos mais aprofundados. Na trajetória desse meio, foram diversos projetos de uso do rádio na formação escolar, especialmente durante o período do governo militar. Entre outras ações, nesse período, foi elaborado o Plano Básico de Radiodifusão no qual foram reservados canais para fins educativos.

Algumas regulamentações recentes podem ser vistas como tentativas de aprimoramento do processo de concessão das emissoras educativas. Em 2005, foi permitido que as rádios recebessem recursos com a veiculação de publicidade institucional de entidades de direito público e privado, o que poderia aprimorar as formas de financiamento e repercutir na qualidade das programações. Em 2010, passou a ser exigida a demonstração de vínculo da fundação solicitante das outorgas educativas com uma instituição de ensino. Em 2011, ficou definido que a concessão dessas outorgas passaria por procedimento administrativo seletivo, mediante publicação de edital e apresentação de propostas, além de priorizar pessoas jurídicas de direito público interno na disputa. Porém essas regras valem para somente para as novas concessões, sem incidir sobre as realizadas anteriormente.

A facilidade de distribuição de concessões de rádio educativas, a ausência de critérios que definam o que é uma programação educativo-cultural, somadas à ausência de fiscalização sobre a qualidade do que é transmitido por essas emissoras acaba por descaracterizar esse tipo de concessão. A necessidade de tornar o processo mais transparente e democrático, evitando a possibilidade do uso patrimonialista dessas emissoras é premente.

Mas o que seria uma programação educativo-cultural de qualidade? Elencou-se, a partir da discussão teórica, algumas características que poderiam definir esse gênero de programação, são eles: 1) universalidade, atendendo a todos os públicos; 2) diversidade,

oferecendo variedade musical, informativa e de serviços; 3) regionalização, apoiando a produção cultural e artística local e regional; 4) diferenciação, veiculando conteúdos alternativos aos do circuito comercial; 5) independência de instituições políticas e religiosas; 6) estímulo à cidadania, promovendo direitos e deveres civis, políticos e sociais; 7) apoio à educação, na difusão do conhecimento científico ou de materiais instrutivos; 8) Participação ativa da comunidade. Não há a pretensão de esgotar a discussão sobre esses critérios, nem mesmo tomá-los como um conjunto fechado e inflexível, mas de sugerir pistas que possam auxiliar na análise e no questionamento do que é oferecido atualmente como programação educativa no Brasil.

A pesquisa que se apresenta envolveu em sua etapa inicial pesquisas bibliográfica, documental e exploratória numa primeira aproximação com esse contexto. Menos da metade das emissoras observadas apresentavam em sua programação algumas das características elencadas, podendo ser caracterizadas como educativas. Na continuidade, prevê-se o aprofundamento das análises de conteúdo programático das emissoras paranaenses, bem como aspira-se a ampliação dessa investigação para outros estados, na medida em que possa ser articulada uma rede de pesquisadores interessados no tema. A proposta é fazer um acompanhamento da distribuição de outorgas educativas, articulando dados sobre a propriedade e o perfil de programação.

Analisando como a programação das rádios educativas vem sendo construída no Brasil, espera-se contribuir para responder à inquietação levantada originalmente por Mário Kaplún: para que produzimos rádio? Poderíamos ir além: para que temos diferentes modalidades de concessões de radiodifusão se, na prática, elas oferecem mais do mesmo e continuam a reproduzir práticas hegemônicas?

Referências

BARBOSA FILHO, A.. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2009.

BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.. O rádio de Mario Kaplun é o rádio do futuro - a aplicação da práxis de Kaplun como ferramenta para a inclusão digital. Artigo apresentado no ENCIPECOM, 2005. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/1c/GT7_-_020.pdf Acesso em 09 de julho de 2014.

BLOIS, M. M.. Rádio Educativo: uma escola de vida e de cidadania. (in) BARBOSA FILHO, A.; PIOVESAN, A.; BENETON, R.. **Rádio**: Sintonia do futuro. São Paulo: Paulinas, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HEITZMANN, P.Z.; BESPALHOK, F.,L.,B.. Rádios educativas: entraves, desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas. Trabalho apresentado na Sessão de temas livres do XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

KAPLÚN, M. A natureza do meio: limitações e possibilidades do rádio. (In) MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V.. **Teorias do Rádio**. Textos e contextos (Vol II). Florianópolis: Insular, 2005. (p.81-90).

LOPES, C. A.. **Regulação da radiodifusão educativa**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2011.

MAGNONI, A.; VILLEGAS URIBE, E.; BETTI, J.G.. O ensino do rádio na perspectiva pedagógica de Mario Kaplún. Trabalho apresentado no DT 4 – Comunicação Audiovisual do XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, realizado de 3 a 5 de julho de 2013. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1298-1.pdf> Acesso em 09 de julho de 2014.

MEDITSCH, E.; BETTI, J.G.. Mario Kaplún: teoria e técnica radiofônica a serviço da emancipação latinoamericana. (In) MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V.. **Teorias do Rádio**. Textos e contextos (Vol II). Florianópolis: Insular, 2005. (p.91-100)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em <http://www.mc.gov.br/numero-de-emissoras-no-pais/25305-radiodifusao-educativa>. Acesso em 28 de abril de 2014.

NEUGERGER, R.S.A.. **O rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2012.

PIMENTEL, F.. **O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

ROLDÃO, I. C. C.. O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. Trabalho apresentado ao NP Comunicação Educativa do VI Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, durante o **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

ZUCULOTO, V.R.M.. A programação do rádio brasileiro do campo público: um resgate da segunda fase histórica, dos anos 40 ao início dos 70. (in) FERRARETTO, L.A.; KLÖCKNER, L.. **E o rádio? : novos horizontes midiáticos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.